

RECURSO ESPECIAL Nº 1.812.205 - MS (2019/0090394-5)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
RECORRENTE : **UNIÃO**
RECORRIDO : **MUNICÍPIO DE DOURADOS**
PROCURADOR : **SOLANGE SILVA DE MELO E OUTRO(S) - MS005737**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição da República contra acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA ANTECIPADA. CERTIFICADO DE REGULARIDADE FISCAL. LEI 9.717/98, ART. 7º.

À fl. 285, e-STJ, a recorrente alega violação aos princípios do *contraditório* e da *ampla defesa*, com afronta ao princípio do *devido processo legal* e de “todos aqueles insertos na Constituição da República, em seu art. 5º, incisos LIV e LV”.

Foram apresentadas as contrarrazões.
É o **relatório**.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 13 de maio de 2019.
O recurso não ultrapassa o juízo de admissibilidade.

O acórdão hostilizado foi proferido em Agravo contra decisão interlocutória que julgou presentes os requisitos para a concessão de Tutela de Evidência.

A jurisprudência do STJ e do STF entende que, em tal contexto, não há violação dos dispositivos normativos, pois o ato judicial é realizado em juízo provisório, sendo inadmissível o Recurso Especial:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ARTS. 71 DO DECRETO-LEI 9.760/46 E 102 DO CÓDIGO CIVIL. TESE RECURSAL. NÃO PREQUESTIONADA. SÚMULA 211 DO STJ. QUESTÃO DE MÉRITO AINDA NÃO JULGADA, EM ÚNICA OU ÚLTIMA INSTÂNCIA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. EXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 735/STF. REQUISITOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO

IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão publicada em 21/09/2018, que julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento, interposto contra decisão do Juízo de 1º Grau, que, em Ação de Reintegração de Posse, ajuizada pela parte agravante em face de Clementino Gonçalves Lima, indeferiu o pedido de tutela de urgência. O Tribunal de origem negou provimento ao Agravo de Instrumento.

III. O Recurso Especial é manifestamente inadmissível, por falta de prequestionamento, no que tange à tese recursal, pois não foi ela objeto de discussão, nas instâncias ordinárias, razão pela qual não há como afastar o óbice da Súmula 211/STJ.

IV. Não havendo sido apreciada a questão suscitada nas razões do Agravo de Instrumento, mesmo após a oposição dos Embargos Declaratórios, a parte recorrente deveria vincular a interposição do Recurso Especial à violação ao art. 1.022 do CPC/2015 e, não, aos dispositivos apontados como violados, mas não apreciados, tal como ocorreu, na espécie. Precedentes do STJ.

V. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que "não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita a modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito" (STJ, AgRg no AREsp 438.485/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/02/2014). É o que dispõe a Súmula 735 do STF: "Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar". No mesmo sentido: STJ, AgInt no AREsp 1.085.584/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe de 14/12/2017.

VI. Ademais, a iterativa jurisprudência do STJ orienta-se "no sentido de que, para analisar critérios adotados pela instância ordinária para conceder ou não liminar ou antecipação dos efeitos da tutela, é necessário reexaminar os elementos probatórios, a fim de aferir 'a prova inequívoca que convença da verossimilhança da alegação', nos termos do art. 273 do CPC/1973, o que não é possível em Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ" (STJ, REsp 1.666.019/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/06/2017).

VII. No caso, o Tribunal de origem, à luz das provas dos autos, concluiu que, "embora haja indícios de desrespeito da área non aedificandi de faixa de domínio da ferrovia, não há notícia de perigo concreto de dano, a ensejar a reintegração pretendida. Consoante bem salientado pelo juízo a quo, em que pese a preocupação deste Juízo com a segurança dos que ladeiam a ferrovia, entendendo que essa situação deve ser sopesada com o risco de dano que a ordem liminar de desocupação em um prazo tão exíguo pode ocasionar às inúmeras famílias da região, não sendo possível deferir o

pedido antecipatório se a consequência for a demolição de todas as moradias". Incidência, no caso, da Súmula 7/STJ. Precedentes do STJ.

VIII. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.351.487/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 17/12/2018)

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIMINAR CONCEDIDA PARA SUSPENSÃO DA COBRANÇA DA TAXA DE PROCESSAMENTO DO PEDIDO DE PAGAMENTO (TPDP), PREVISTA NA LEI 7.947/2006 DO ESTADO DA PARAÍBA. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA 735/STF. AGRAVO INTERNO DO ESTADO DA PARAÍBA DESPROVIDO.

1. Inexiste a alegada violação do art. 535, II do CPC/1973, pois a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, conforme se depreende da análise do acórdão recorrido.

2. Não cabe analisar no presente recurso a suposta ofensa ao direito federal, haja vista tratar-se o acórdão impugnado de deferimento de medida liminar.

3. Isto porque a decisão é marcada pela precariedade, dado o juízo de cognição sumária inerente às tutelas de urgência. Não se tratando de pronunciamento definitivo, não se pode considerar ocorrida violação da legislação federal. Incide, assim, por aplicação analógica, a Súmula 735 do STF, segundo a qual não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar. Precedentes: AgInt no AREsp. 235.368/MA, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, DJe 23.2.2017; REsp. 1.655.010/RJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 2.5.2017; AgRg no AREsp. 770.439/MT, Rel. Min. ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 3.3.2017; AgInt no AREsp. 886.909/RJ, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, DJe 28.11.2016; AgInt no AREsp. 698.557/BA, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 27.9.2016.

4. Agravo Interno do ESTADO DA PARAÍBA desprovido.

(AgInt no AREsp 1.091.817/PB, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 20/05/2019)

Não bastasse isso, o acórdão que ratificou a concessão da antecipação de tutela possui fundamentação constitucional, insuscetível de apreciação nesta via recursal. Por outro lado, não foi interposto Recurso Extraordinário, o que atrai a incidência da Súmula 126/STJ.

Diante do exposto, **não conheço do Recurso Especial.**

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator